

A REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA EM TEMPOS MIDIÁTICOS

BERGER, Christa

Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo - ECA/USP (1996); Mestre em Ciência Política pela Universidad Nacional Autonoma de Mexico - UNAM (1979); Graduação em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (1973).

RESUMO

O artigo faz a abordagem da conformação assumida pelo texto jornalístico no tratamento da questão fundiária brasileira. A autora pretende ultrapassar o ponto no qual este "discurso" se apresenta como mera mediação, para explicitar os sentidos agregados pelo texto mediador à fatualidade original do conflito pela terra no Brasil. Essa leitura quebra a inocência informativa da notícia, e passa a ser conduzida tanto para a descoberta das condições de narração - produção do texto, como para a reflexão sobre o papel que este texto cumpre na recriação simbólica do conflito original.

Palavras-chave: Campo Midiático. Campo Político. Jornalismo. Enunciação.

1 INTRODUÇÃO

O texto parte da constatação de que nestes tempos de predomínio da mídia, também a ação política assume novas configurações. Diferentes autores e diversos exemplos mapeiam a natureza da sociedade midiática onde atores da vida cotidiana bem como eventos econômicos e políticos movimentam-se para "aparecer na tevê".

Existe um saber intuitivo que informa pessoas e grupos (culturais e políticos) de que precisam constar dos informativos para obter estatuto de existência. Assim, não só o acontecimento cria a notícia, como a notícia cria o acontecimento, invertendo a lógica tradicional da relação fato/informação. Pierre Bourdieu, por exemplo, afirma que:

[...] as manifestações a bem-sucedidas não são necessariamente as que mobilizam o maior número de pessoas, mas as que atraem maior interesse entre os jornalistas. Exagerando apenas um pouco, poder-se-ia dizer que cinquenta sujeitos inteligentes que conseguem obter cinco minutos na TV para um happening bem sucedido podem produzir um efeito político comparável ao de meio milhão de manifestantes. (HOBBSAWN, 1994: 314).

Outro exemplo de novas atribuições que foram sendo delegadas à imprensa encontra-se no desabafo de uma refugiada da Bósnia para jornalistas estrangeiros. "Vocês não viram nada". Assim que as câmeras de tevê foram embora, os soldados começaram a arrancar gente dos ônibus com violência. Meninas foram separadas dos homens. Depois, foram estupradas. A maioria não voltou. (Sombra de Hitler sobre a Bósnia, 1995: 112-13)

Estes exemplos confirmam a condição dos Meios de Comunicação de Massa, de grandes mediadores dos diferentes Campos Sociais, e é nela que se encontra o poder atual do Campo Midiático. Mediador não é o mesmo que intermediário, pois na mediação há produção de sentidos quando alguns são projetados e legitimados. Os movimentos Populares, aprenderam que suas reivindicações, para serem atendidas

pelos diferentes poderes, precisam do registro do jornalista e a mídia sabe que o seu poder está em dar visibilidade ao social. A mediação, portanto, é reconhecida pelos movimentos e negociada pela imprensa.

Observar a relação entre o Campo Político e o Campo Midiático propicia compreender um dos aspectos mais intrigantes da atualidade. Nas avaliações pós campanhas eleitorais, necessariamente, o tema aflora. Para muitos a política perde no confronto com a mídia pela exigência desta de tudo "espetacularizar".

Neste caso, a observação recai sobre as "negociações" entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um marcante na mídia e a Zero Hora, o jornal de maior tiragem no sul do Brasil.

Cabe à imprensa noticiar os acontecimentos do presente, para informar aos contemporâneos do que acontece ao seu redor e, também, para registrar o que no futuro servirá de matéria-prima aos historiadores na tarefa de escrever a história do passado. E evidente, nesta passagem, que os fatos acontecidos chegam aos interessados através da descrição que se faz pela linguagem.

Por muito tempo, acreditou-se que a linguagem era um instrumento capaz de ser fiel ao acontecido. Lembro que nas redações de jornal, nos anos 70, era comum identificar na censura o único obstáculo para a expressão integral da realidade com a crença de que a liberdade de imprensa garantiria o desvendamento do mundo tal qual ele era. Os impedimentos ao conhecimento do que se passava no país, estavam tão somente no poder político e a superação de tais impedimentos era uma questão de tempo - a História se encarregaria de fazer transparecer a realidade.

Os primeiros passos na tentativa de complexificar a relação acontecimento/linguagem vieram da Semiologia, que ensinou a ver os fatos como relatos, e da História, que chamou a atenção para a natureza textual do passado. E, assim, também a compreensão do Jornalismo introduziu a problematização da referencialidade pois, assim como a historiografia reconhece que o passado foi real mas o acesso a ele só se dá pelos relatos textualizados e interpretados, também para o jornalismo o presente/real existe, só sendo acessível, no entanto, ao ser editado.

Fica claro que para esta perspectiva a noção de linguagem deve ser revista. Os estudos dos discursos oferecem um ponto de vista interessante, pois a "entende não como um simples suporte para a transmissão de informações, mas como o que permite construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes" (Maingueneau, 1989, p.20). Nesta medida, o discurso constitui e não

descreve aquilo que é por ele representado. Esta concepção abala a prática jornalística pois, se é assimilada, deixa de reivindicar a imparcialidade ou a neutralidade na passagem do acontecido para o editado, e reconhece a notícia como construção de um acontecimento pela linguagem. Ao mesmo tempo, esta perspectiva enfatiza a tensão inerente ao fazer jornalístico, pois é na "crença" da superposição entre o real e o texto que reside a credibilidade da imprensa, que foi sofisticando os artifícios para comprovar a existência do real/verdade com a foto, o rádio e a tevê. A instantaneidade, o "ao vivo", ratificam a aparência do acontecimento acontecendo, logo, fato e relato indistinguíveis.

Em segundo lugar, a apropriação da análise dos discursos para o estudo do jornalismo justifica-se pela compreensão da linguagem como processo produtivo. A linguagem é trabalho (simbólico) e "tomar a palavra é um fato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc."(Orlandi, 1988: 17)

Novamente a interpretação do discurso jornalístico beneficia-se desta concepção, pois, ao inscrever o modo de produção da linguagem na produção social geral permite situar a notícia no interior de uma complexa rede produtiva. E, então, as notícias passam a ser produtos produzidos por jornalistas assalariados, mais ou menos bem pagos, trabalhando num mercado mais ou menos saturado e competitivo, em redações com determinadas definições hierárquicas. Estas condições sociais de produção do discurso jornalístico marcam as relações entre os jornalistas e suas fontes, e o jornal e seus leitores.

A noção de Campo, emprestada de Bourdieu (1983, 1989, 1990), vem ao encontro da necessidade de relacionar o lugar da produção social com o lugar da produção simbólica. O Campo Político e o Campo do Jornalismo, o Campo Jurídico e o Campo do Jornalismo, por exemplo.

Se, nas sociedades modernas, a vida social se reproduz em campos, que funcionam com relativa independência mas, ao mesmo tempo, atuam combinados, a questão é estudar a dinâmica interna de cada campo e suas interdependências.

O território de um Campo constitui-se a partir da existência de um capital e se organiza na medida em que seus componentes têm um interesse irredutível e lutam por ele. Capital, conceito chave neste modelo, só é definível a partir do Campo. O Capital do Campo Acadêmico, por exemplo, é a titulação, e a luta que se trava na academia gira em torno do título, que elevado a valor máximo, confere autoridade a quem a possui. O título, no entanto, não vale enquanto capital para ingressar no Campo

religioso ou Artístico. O que não significa que o capital de um campo não funcione como "mérito" em outro.

Na descrição de Bourdieu acerca dos capitais, aparece um - o simbólico - como superior aos demais, por dar sentido ao mundo e transitar por todos os campos. A este capital cabe o poder de fazer crer e é nisto que consiste sua superioridade.

A nossa hipótese é que o Campo do Jornalismo, detém, privilegiadamente, o Capital Simbólico, pois é da natureza do Jornalismo fazer crer. O Capital do Campo do Jornalismo é, justamente, a credibilidade. E ela quem está constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais. E está constantemente sendo testada, através de pesquisa, junto aos leitores. A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se afirmar, sem, no entanto, nomear-se como tal. Credibilidade tem a ver com persuasão pois, no diálogo com o leitor, valem os "efeitos de verdade", que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas.

A luta que é travada no interior do Campo do Jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicitar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não. É esta luta que os jornalistas travam no interior do Campo do Jornalismo em suas concretas e históricas relações de trabalho.

Algumas passagens em que Bourdieu descreve o poder simbólico poderiam ser a descrição do poder atual da comunicação.

O poder simbólico como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo: poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário. (1989: 14).

Em outro texto, ele diz:

O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. E somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada as coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um

poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem. Isso significa que ele não faz nada? De fato, como uma constelação que começa a existir somente quando é selecionada e designada como tal, um grupo - classe, sexo, religião, nação - só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido segundo um princípio qualquer dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento. (1990: 167).

A partir do olhar da comunicação, quem constitui o dado pela enunciação, legitimando-o publicamente, na contemporaneidade, é o jornalista, já que a definição social do Jornalismo está na passagem do acontecido para seu relato que, para Bourdieu, pertence ao poder simbólico (poder de consagrar pessoas e instituições) e faz parte da função mediadora da imprensa, não encontrando-se em nenhuma outra instituição, social ou cultural, a mesma competência.

Confirmamos, assim, a idéia de que a matéria-prima do discurso jornalístico está em algum Campo Social, produzida com a intenção de se tornar notícia (os acontecimentos previstos) ou irrompendo com a força do imprevisível, ganhando, então, notoriedade. De qualquer forma, será notícia se apontar para uma consequência - um futuro discurso de confirmação ou transformação da visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo.

A matéria-prima do Campo do Jornalismo encontra-se, privilegiadamente, no Campo Político. Este é entendido na perspectiva de Bourdieu, como campo de forças e campo de luta, onde os agentes estão em constante disputa para transformar a relação de forças, já que o capital que está em jogo é o poder. Como em todos os Campos Sociais, o Campo Político tem seus dominantes e seus dominados, seus conservadores e suas vanguardas, suas lutas subversivas e seus mecanismos de reprodução. Os agentes deste campo concorrem produzindo produtos políticos, tais como: problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos para sensibilizar seus *consumidores* que devem estar aptos a votar, escolher e ter opinião. Ou seja, também, o Campo Político, está para um mercado - o mercado da opinião pública e, por isso, a luta dos agentes (individuais ou coletivos) gira em torno do capital simbólico acumulado no transcorrer das lutas e no acúmulo de trabalho e de estratégias investidas e que se consubstanciam no reconhecimento e na consagração.

O reconhecimento e a consagração dos agentes políticos, passam, no entanto, pela legitimação dos jornalistas. Esta relação - sutil, invisível, de enfrentamento e de convivência entre o Campo Político e o Campo do Jornalismo é que nos importa saber ver.

A homologia entre o Campo Político e o Campo do Jornalismo se faz através da correspondência entre os acontecimentos produzidos por um subgrupo do Campo Político para, pela *espetacularização*, constarem da pauta do jornal e, assim, dialogar com os agentes do seu próprio campo. O poder simbólico dos políticos é fazer crer, pois o seu capital é também a credibilidade. Mas esta credibilidade necessita do aval da imprensa, pois, informando, ela está reconhecendo uns em detrimento de outros e, assim, consagrando-os.

Bourdieu ensinou a observar o movimento de luta em torno do Capital de um Campo. No caso que estamos estudando, a luta se dá entre o Movimento Sem-Terra, cuja intenção é fazer crer que as suas reivindicações são justas e devem ser atendidas e os detentores do poder do Campo Político (governo e proprietários da terra) que devem fazer crer que as terras são produtivas, que a Reforma Agrária um dia irá acontecer e que os Sem-Terra, na verdade, representam interesses políticos de oposição a eles.

Mas a luta do Campo Político só se efetivará através de uma *segunda relação*, entre o MST e a imprensa, entre os ruralistas e a imprensa e entre o governo e a imprensa, confirmando a natureza mediadora do Campo Midiático, que faz falar entre si os agentes do próprio Campo - governo, ruralistas e colonos sem-terra. Eles travam, através da imprensa, a luta própria do seu Campo que é fazer crer a todos acerca da sua verdade. E a imprensa, ao buscar a sua credibilidade, constrói a credibilidade *na verdade* de uns ou outros.

Por isso, a *Sala de Redenção* do Jornal pode ser apreciada como uma metáfora do Campo do Jornalismo, cujos agentes têm por ofício produzir sentidos, ou seja, veracidades que dizem respeito a outros Campos. Nesse caso, a interação se dá entre jornalistas e MST, jornalistas e ruralistas, jornalistas e governo, numa nova dinâmica que relaciona como cúmplices sujeitos de Campos opostos e, como opositores, sujeitos do mesmo Campo, tendo a linguagem como um artifício de luta, confirmando-a como um ato social que produz sentidos e constitui poderes.

Esta situação pode ser interpretada através da noção de polifonia proposta por Bakhtin, que enfatiza a coexistência em qualquer situação textual de uma pluralidade de vozes que não se fundem em uma consciência única, mas, ao contrário, em diálogo e em confronto, geram algo além delas próprias. As vozes que compartilham um território textual provêm de sujeitos, socialmente constituídos e inseridos em condições de produção concretas. E este o sentido plural e negociado do discurso jornalístico que se encontra ancorado na especificidade de sua condição de produção.

Assim, a página editada imprime, também, a divisão social do trabalho. O tom do texto da notícia não é o mesmo tom dos títulos, das legendas, da distribuição das notícias na página. E os sentidos para a ação do Movimento Sem Terra, são produzidos pelos acontecimentos aliados aos contextos. No texto, há, portanto, o contexto (interno) do processo político que forma o pano de fundo dos fatos sociais.

Basta exemplificar com a presença do signo invadir (nos títulos e editoriais) em oposição ao signo ocupar (na notícia), e a importância de uma ocupação dada pela disputa interna com outras notícias de outras editoras (se coincide com um dia de baixa frequência de acontecimentos, pode chegar até a ser manchete), ou a construção grandiloquente da morte de um soldado pelos sem-terra, induzida pelos interesses políticos pré-eleitorais. Assim, o discurso jornalístico é duplamente polifônico, pois o texto é composto de muitas vozes - sujeitos do enunciado - e é produzido na conjunção entre a voz da empresa e de seus trabalhadores - sujeitos de enunciação.

E, assim a relação do MST e da Zero Hora é, de fato, o encontro do sujeito que, construindo sua história (o militante), e o sujeito que, escrevendo a História (o jornalista), se encontram no texto e são conhecidos através dele. Os sem-terra produzem o *primeiro texto* para ser *lido* pelos jornalistas que, interpretando- os através dos *constrangimentos organizacionais*, negociam o *segundo texto*, para ser lido pelos consumidores do jornal.

O MST sabe com mais ou menos certeza que a luta pela terra e a questão da reforma agrária não são em si notícia no Brasil. Por um lado, porque ela é a mesma há muitos anos e, assim, não corresponde ao critério de novidade para ser notícia; por outro, porque não vai ao encontro dos interesses na mídia.

Por isso, o MST precisa *reinventar* sua luta. Se a questão da terra não é notícia, os modos de reivindicá-la podem vir a ser. O inusitado de 300 famílias morando na beira da estrada ou a Praça da Matriz de Porto Alegre ocupada por barracas, assim como a inesperada ocupação de uma fazenda, poderão até constar da primeira página do jornal ou abrir o noticiário da televisão.

E, assim se justifica que o MST tenha uma Política de Comunicação, registrada em documento que estabeleça os modos de relação com a imprensa e um departamento para executar esta Política, com dirigentes encarregados de propor ações de comunicação e profissionais (jornalistas) para realizá-la.

A identidade do MST passa pela sua condição de propositor de conflitos. Conflitos que podem ser resumidos, assim:

O MST propõe o conflito político e, neste campo é radical: não há conciliação com o poder. As posições saem de lugares opostos, pois a luta de classes marca o confronto. As palavras de ordem, o teor das reivindicações, a postura frente ao governo comprovam a posição em campos antagônicos. O seu é um projeto socialista. Mas, o MST faz também um conflito institucional, quando dirige suas reivindicações a órgãos do governo que se destinam a cuidar dos problemas ligados à terra, como é o caso do INCRA. Aqui a posição é de negociação. O saber político, que os sem-terra detêm, ensina que não há vitória total, os ganhos são parciais e vão sendo conquistados no confronto.

E o MST produz um conflito armado, que se desdobra em duas alternativas, confirmando assim, sua radicalidade. Ele é um movimento que se arma, em uma atitude defensiva-provocativa, com foices e enxadas. Transfigurando seus instrumentos de trabalho, ameaça e chama à guerra. Aqui o confronto armado é estratégico, pois quando o conflito político desemboca na questão da propriedade privada, a consequência é o enfrentamento armado.

Por outro lado, o *conflito armado* é uma encenação que responde a uma tática de comunicação: ele é o conflito mais facilmente espetacularizado pelos meios audiovisuais.

O conflito político não dá manchete e rende poucas notícias; o conflito institucional é notícia e, eventualmente, manchete, mas dá poucas imagens; o conflito armado é, com garantia, notícia, manchete, capa e merece fotografia.

Ao acompanhar a ocupação da Sede do Ministério da Agricultura em Porto Alegre no dia 16 de janeiro de 1996, pudemos observar o "jogo" do MST para garantir a presença da imprensa. Em primeiro lugar, a ocupação do prédio vem associada à ocupação de uma fazenda, ambas no dia 11. Desde então é anunciado o dia 16 como prazo final para a espera de uma resposta do Governo Federal. A tentativa de marcar uma reunião em Brasília já está bem encaminhada quando é divulgada como último prazo. Ela fica acertada para a tarde do dia 16 e a imprensa recebe a informação no dia 15 de que no dia seguinte, bem cedo, ocorrerão manifestações de apoio, em todo o país.

Com este expediente, o Movimento pressiona o governo e, também, garante sua inclusão na pauta da mídia. E a seleção de primeiro grau: entrar no circuito da informação do dia 16.

A programação do dia deve garantir o espaço nos veículos e o MST conhece

aquilo que faz notícia e, com competência, "teatraliza" no prédio do Ministério da Fazenda, fala e imagens apropriadas para serem reproduzidas em texto e foto.

Como o Movimento consta para o jornal no item "conflitos", deve, portanto, corresponder ao princípio de que ele protagoniza "conflitos a qualquer custo", garantindo seu lugar na hierarquia interna dos assuntos. A seleção aqui é de segundo grau: a conversão do acontecimento em notícia.

E, por fim, a seleção de terceiro grau, a que diz respeito a tematização. Durante as 10 horas de enfrentamento do dia 16, houve 15 minutos da "tática de provocação" em que colonos e brigadianos mostraram seu potencial de guerreiros. Esta foi a cena que mereceu a foto do dia 16, na capa de Zero Hora.

Ou seja, a seleção de terceiro grau tematizou o enfrentamento como conflito, correspondendo, assim, às expectativas do jornal e do seu leitor, ao confirmar a natureza violenta dos sem-terra. Mas um dos objetivos do MST também foi alcançado: ser notícia (mesmo sem aprovar seu teor). E, por ser notícia, inserir-se na pauta do poder, fechando o ciclo da relação Movimento Social X Imprensa X Governo.

Com este exemplo, de certa forma, enfatizamos uma voz corrente que considera que a única forma de existência social, na sociedade midiática é a do espetáculo, pois é a espetacularização dos acontecimentos que garante sua inclusão na mídia. Esta interpretação, de fato observável, merece, no entanto, adições. As manifestações populares tradicionais são dramáticas. E o caráter dramático da cultura popular explica, de certa forma, a construção teatral do MST, que se manifesta em suas caminhadas, nas tomadas de prédios, nas imagens que posam para a fotografia, deixando os protagonistas das cenas naturalmente ancorados em uma tradição e não, necessariamente atuando para a mídia. Por outro lado, este aspecto dramático têm um caráter pragmático, pois é utilizado instrumentalmente para eficientizar as ações do Movimento.

A "negociação", portanto, entre o MST e a Zero Hora, é que enquanto o primeiro precisa ser visto, ao segundo, cabe ver e ao dar visibilidade, interpreta o presente veiculado as várias vozes que o compõem, privilegiando e legitimando algumas para explicitar, desta forma, que faz parte de um determinado tempo histórico. Tempo este que sustenta a pergunta pelas sociabilidades que a mídia instaura.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo, Hucitec, 1990.

BORDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.

BORDIEU, Pierre. L'Emprise du journalisme. Actes de la Recherche. Paris, n101, Mars 1994.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas, Pontes, 1989.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Leitura**. São Paulo, Cortez, 1988.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bordieu**. São Paulo, Ática, 1983

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos - O breve século XX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SOMBRA de Hitler sobre a Bósnia, **Rev. Isto é**, n. 1346, julho 1995.